



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp.pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

27 de julho de 2022

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2022

Rendibilidade

Modelo de negócio robusto;
crescimento do resultado
operacional *core*

Capital e Liquidez

Posição de capital adequada;
posição de liquidez reforçada

Evolução do negócio e Qualidade do crédito

Recursos mantêm tendência de
crescimento; melhoria
generalizada dos indicadores
de qualidade do crédito e níveis
de cobertura confortáveis

- **Resultado líquido** do Grupo de **74,5 milhões de euros**, que compara com 12,3 milhões de euros em junho de 2021, influenciado por:
 - **Aumento** dos **proveitos *core*** do Grupo em **22,7%** com **custos controlados**;
 - Contribuições obrigatórias para entidades nacionais do setor bancário em Portugal de 62,2 milhões de euros;
 - Efeitos extraordinários¹ relacionados com o Bank Millennium incluindo encargos de 257,8² milhões de euros associados à carteira de créditos em francos suíços, contribuição de 54,3 milhões de euros para o Fundo de Proteção Institucional polaco e registo da imparidade do *goodwill* do Bank Millennium de 102,3 milhões de euros.
- **Resultado antes de imparidades e provisões** do Grupo **aumenta 45,7%**.
- **Resultado líquido** de **174,5 milhões de euros** em Portugal com **aumento expressivo** face ao primeiro semestre de 2021.
- **Rácio de capital total** e **rácio CET1 *fully implemented*** estimados de **15,3%** e de **11,3%**, respetivamente (**15,9%** e **11,8%**, em base *pro forma*³, sujeito a autorização do BCE), acima dos requisitos regulamentares.
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de **25,2 mil milhões de euros**.
- **Aumento** do **crédito *performing*** do Grupo em **1,6⁴ mil milhões de euros, +3,0%** face a junho de 2021 (**+1,5 mil milhões de euros** em Portugal, **+4,1%**). **Redução** dos **NPE** em Portugal em **0,5 mil milhões de euros**, mesmo em contexto adverso.
- **Crescimento** da **base de Clientes; +631 mil Clientes *mobile* (+20%)**.

¹ antes de impostos e de int. que não controlam; ² inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e assessoria jurídica;

³ sujeito à aprovação já solicitada da aplicação do artigo 352 (2) da CRR; ⁴ variação de crédito em base *pro forma* (exclui, em junho de 2021, os montantes das operações entretanto alienadas).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
do Porto com o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt



SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 jun. 22	30 jun. 21 (reexpresso)	Var. 22/21
BALANÇO			
Ativo total	96.074	91.365	5,2%
Situação líquida	6.291	7.386	-14,8%
Crédito a clientes (líquido)	57.039	55.885	2,1%
Recursos totais de clientes	91.070	90.351	0,8%
Recursos de clientes de balanço	74.546	69.621	7,1%
Depósitos e outros recursos de clientes	73.190	68.101	7,5%
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	77,9%	82,1%	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	76,5%	80,3%	
RESULTADOS			
Margem financeira	985,2	765,8	28,6%
Produto bancário	1.283,4	1.116,6	14,9%
Custos operacionais	516,2	590,1	-12,5%
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	510,5	502,9	1,5%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	179,4	156,9	14,3%
Outras imparidades e provisões	371,9	304,8	22,0%
Impostos sobre lucros	155,8	101,9	52,9%
Resultado líquido	74,5	12,3	>200%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,7%	2,5%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,1%	-0,1%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,5%	0,2%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	2,8%	0,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	7,0%	2,1%	
Taxa de margem financeira	2,29%	1,91%	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2) (3)	37,2%	45,0%	
Rácio de eficiência (2)	40,2%	52,8%	
Rácio de eficiência (2) (3)	39,8%	45,0%	
Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3)	38,8%	44,1%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3)	21,7%	25,6%	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	61	55	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes	4,3%	5,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	64,5%	66,6%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,6%	4,3%	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	261%	270%	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	153%	148%	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	11,5%	11,7%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,3%	11,6%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	15,3%	14,9%	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	415	458	-9,4%
Atividade internacional	832	876	-5,0%
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.254	6.937	-9,8%
Atividade internacional (5)	9.413	9.984	-5,7%

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário. Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizada no quarto trimestre de 2021, o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo, no primeiro semestre de 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. Por outro lado, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente ao primeiro semestre de 2021 foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros nesse período.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 5,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, sobretudo relacionados com a distribuição de parte dos resultados de 2021 pelos colaboradores do Banco. No primeiro semestre de 2021, o impacto também foi negativo, no montante de 87,2 milhões de euros, maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, no montante de 81,4 milhões de euros. Em ambos os períodos, os itens específicos foram integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal.

(4) Os rácios de capital com referência a 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 30 de junho de 2022 correspondem a valores estimados, não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 6.871 colaboradores em 30 de junho de 2022 (correspondendo a 6.735 FTE - *Full-time equivalent*) e 7.286 colaboradores em 30 de junho de 2021 (correspondendo a 7.148 FTE - *Full-time equivalent*). Em 30 de junho de 2021, o número de colaboradores associado à atividade internacional inclui 83 colaboradores afetos ao Banque Privée BCP (Suisse) e 150 colaboradores afetos à SIM naquela data, inexistentes à data de 30 junho de 2022, na medida em que ambas as operações foram alienadas no final de 2021.

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

A eclosão da guerra na Ucrânia, decorrente da invasão daquele país por parte da Federação Russa, em finais de fevereiro, marcou decisivamente o primeiro semestre de 2022. Na sequência da crise geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia e implementou um conjunto de mecanismos de acompanhamento da situação e de medidas de apoio ao povo ucraniano. Embora a exposição direta do Grupo às economias dos dois países envolvidos no conflito não seja material, o agravamento das perspetivas para a economia mundial e a elevada incerteza que prevalece quanto a um potencial escalar do conflito não permitem, nesta fase, excluir liminarmente impactos futuros significativos, que não são neste momento passíveis de previsão ou quantificação. Um dos efeitos mais nocivos poderá prender-se com o exacerbar das tensões inflacionistas condicionando o crescimento económico em Portugal e na Europa.

Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizada no quarto trimestre de 2021, o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo, no primeiro semestre de 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. Por outro lado, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente ao primeiro semestre de 2021 foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros nesse período. O preço de venda recebido pode ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de *stocks* e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas. No primeiro semestre de 2022, a rubrica resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação reflete essencialmente um acerto parcial feito nesse contexto.

RESULTADOS

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 74,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022, valor que compara com 12,3 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Nesta evolução importa salientar o aumento significativo do resultado na atividade em Portugal, pese embora o seu impacto tenha sido em grande parte absorvido pela redução do resultado da atividade internacional. Neste sentido, refira-se que o resultado da atividade internacional e consequentemente o resultado do Grupo, se encontram fortemente penalizados pela constituição, no primeiro semestre do ano, de imparidades no montante de 102,3 milhões de euros, referentes à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium S.A. na Polónia. Não obstante o bom desempenho operacional do Bank Millennium S.A., os fatores de incerteza, nomeadamente os impactos materiais decorrentes de novas medidas legislativas, levaram a que fosse considerada a imparidade total do *goodwill* atual associado à aquisição pelo Grupo BCP da atual percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. no montante de 102,3 milhões de euros a 30 de junho de 2022. Adicionalmente, refira-se que, apesar do sólido desempenho operacional demonstrado pela subsidiária polaca, o resultado do Grupo continua a ser fortemente condicionado pela atividade desta subsidiária, nomeadamente no que respeita ao acréscimo dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a mesma está sujeita, que

aumentaram, de 51,8¹ milhões de euros no primeiro semestre de 2021, para 116,7¹ milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente, bem como ao acréscimo dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, que globalmente evoluíram de 234,3¹ milhões de euros, para 257,8¹ milhões de euros, no mesmo período.

Por outro lado, a evolução do resultado do Grupo encontra-se influenciada pela constituição, no primeiro semestre do ano anterior, de uma provisão extraordinária, no montante de 81,4¹ milhões de euros, reconhecida como custos com o pessoal na atividade em Portugal, destinada a fazer face aos custos com o ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano.

O desempenho do resultado líquido do Grupo beneficiou maioritariamente da evolução favorável dos proveitos *core*, que se situaram 22,7% acima dos 1.118,7 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2021, alcançando 1.372,7 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente, sobretudo devido ao aumento da margem financeira. A subsidiária polaca contribuiu decisivamente para esta evolução, impulsionada pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência do banco central da Polónia que se têm vindo a verificar a partir dos últimos meses de 2021, pondo termo ao período de taxas próximas de zero fixadas pelo banco central da Polónia na fase inicial da pandemia e que vinham a penalizar a margem financeira da subsidiária. Por sua vez, as comissões líquidas também apresentaram um crescimento face ao montante apurado no mesmo período do ano anterior, beneficiando principalmente do desempenho da atividade em Portugal, refletindo em larga medida a progressiva normalização da atividade económica. Paralelamente, e apesar de numa dimensão mais reduzida, os rendimentos de instrumentos de capital e os resultados por equivalência patrimonial também contribuíram favoravelmente para a evolução do resultado consolidado do Grupo, sobretudo devido ao desempenho da atividade em Portugal.

Inversamente, as outras imparidades e provisões influenciaram de forma negativa a evolução dos resultados consolidados do Grupo, devido à constituição da já referida imparidade respeitante à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium S.A. Refira-se que apesar das provisões adicionais constituídas para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira pela subsidiária polaca continuarem a representar a parcela mais significativa dos custos globais associados a estes créditos, penalizando fortemente o resultado do Grupo, o montante reconhecido no primeiro semestre de 2022 revelou-se inferior face ao montante contabilizado em igual período do ano anterior. Paralelamente, o resultado do Grupo encontra-se penalizado pela evolução dos outros proveitos de exploração líquidos, refletindo maioritariamente o agravamento das contribuições obrigatórias suportadas pela subsidiária polaca. O aumento registado nas contribuições obrigatórias da subsidiária reflete essencialmente a contribuição para o recém-criado fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), no montante de 54,3 milhões de euros, cujo objetivo é o de garantir a estabilidade do sistema financeiro local, assegurando a liquidez e solvência dos bancos membros, servindo simultaneamente para apoiar situações de reestruturação forçada, realizada pelo Fundo de Garantia Bancária em bancos que sejam sociedades anónimas. Adicionalmente, o resultado do Grupo também foi condicionado pela quebra verificada nos resultados em operações financeiras, refletindo maioritariamente o aumento significativo dos custos suportados com os acordos celebrados pela subsidiária polaca com os clientes detentores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, com vista à conversão desses créditos para moeda local ou o seu reembolso (total ou parcial) antecipado, reconhecidos principalmente nesta rubrica. Por último refira-se o aumento das dotações para imparidade do crédito, líquida de recuperações, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional, e o aumento dos outros gastos administrativos e das amortizações do exercício, determinado pela atividade internacional, refletindo, em parte, pressões inflacionistas e a situação do mercado de trabalho registadas nos últimos meses.

Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizado no quarto trimestre de 2021,

¹ Antes de impostos e no caso dos montantes referentes ao Bank Millennium S.A, antes de interesses que não controlam.

o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo, 3,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. Por outro lado, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente ao primeiro semestre de 2021, no montante de 3,1 milhões de euros foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. No primeiro semestre de 2022, a mesma rubrica totalizou 1,5 milhões de euros incorporando maioritariamente o acerto do preço de venda do Banque Privée, conforme condições previamente acordadas².

O resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 856,5 milhões de euros no final de junho de 2022, evidenciando um aumento significativo de 62,0% face aos 528,6 milhões de euros alcançados no primeiro semestre de 2021, refletindo por um lado o aumento dos proveitos *core* e por outro, a redução registada nos custos operacionais (excluindo os itens específicos³, o aumento do resultado operacional *core* foi de 40,0%).

Na atividade em Portugal, o resultado líquido apresentou um crescimento muito expressivo face aos 45,1 milhões de euros alcançados no primeiro semestre de 2021, ascendendo a 174,5 milhões de euros na primeira metade do ano corrente. Para este aumento significativo do resultado líquido na atividade em Portugal contribuíram, por um lado, o aumento dos proveitos *core*, refletindo o desempenho positivo evidenciado quer pela margem financeira, quer pelas comissões líquidas, e por outro, a redução registada nos custos com o pessoal, refletindo, sobretudo, a constituição, no primeiro semestre de 2021, de uma provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo nesse ano. Além dos impactos referidos, o resultado líquido da atividade em Portugal beneficiou também, ainda que numa dimensão mais reduzida, da evolução favorável das outras imparidades e provisões, bem como dos rendimentos de instrumentos de capital e dos resultados por equivalência patrimonial.

Inversamente, a evolução do resultado líquido da atividade em Portugal foi condicionada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), e pela redução dos resultados em operações financeiras. A evolução do resultado líquido da atividade em Portugal foi ainda influenciada, pese embora de forma pouco expressiva, por um ligeiro aumento dos outros gastos administrativos, por um lado, e pela redução dos outros proveitos de exploração líquidos, por outro.

De salientar que a expansão dos proveitos *core*, a par da redução verificada nos custos operacionais, contribuiu para um crescimento de 54,9% do resultado operacional *core* na atividade em Portugal, que evoluiu de 267,2 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2021, para 413,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022. Excluindo o impacto dos itens específicos³, o resultado operacional *core* da atividade em Portugal totalizou 419,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, situando-se 18,4% acima dos 354,4 milhões de euros alcançados em igual período de 2021.

Na atividade internacional, o resultado líquido evoluiu de 32,9 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2021, para 100,0 milhões de euros também negativos, nos primeiros seis meses de 2022. Esta evolução foi determinada pela constituição, no primeiro semestre de 2022, da já referida provisão, no montante de 102,3 milhões de euros, referente à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank

² O preço de venda recebido pode ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de stocks e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas.

³ Impacto negativo de 5,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 e de 87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, em ambos os períodos. No primeiro semestre de 2022, os itens específicos incluem maioritariamente a distribuição de resultados pelos colaboradores do Banco, a título de compensação pelo ajuste temporário da remuneração. No primeiro semestre de 2021, os itens específicos estão maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, levado a cabo nesse ano, no montante de 81,4 milhões de euros.

Millennium S.A. Importa salientar que, excluindo a referida provisão, o resultado líquido da atividade internacional melhorou significativamente face ao primeiro semestre de 2021, devido ao desempenho da generalidade das operações no exterior, apresentando um contributo marginalmente positivo no primeiro semestre de 2022.

Nesse sentido refira-se o desempenho da subsidiária polaca, fortemente influenciado pelo aumento registado na margem financeira, que mais do que compensou o aumento conjunto dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, nomeadamente no que respeita à contribuição para o recém-criado fundo de proteção institucional polaco (*IPS-Institutional Protection Scheme*), e o aumento dos custos associados aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira.

Paralelamente, embora com menor expressão, o contributo do Millennium bim em Moçambique para o resultado da atividade internacional também se revelou superior face ao registado no final do primeiro semestre de 2021, influenciado, em parte, pela evolução cambial do metical face ao euro. No que se refere a Angola, o seu contributo para o resultado líquido da atividade internacional, no primeiro semestre de 2022, foi negativo em 2,2 milhões de euros, que compara com 4,9 milhões de euros também negativos no semestre homólogo do ano anterior, evolução que foi fortemente condicionada pela constituição de uma provisão no montante de 3,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, destinada a fazer face aos riscos inerentes ao contexto em que operação angolana desenvolve a sua atividade.

O resultado operacional *core* na atividade internacional cresceu 69,3%, de 261,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, para 442,6 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022.

A **margem financeira** alcançou 985,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, representando um crescimento considerável de 28,6% face aos 765,8 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução resultou da melhoria da margem financeira na generalidade das geografias em que o Banco opera, salientando-se o crescimento obtido pela subsidiária polaca, a ultrapassar os 50%.

Na atividade em Portugal, a margem financeira apresentou um crescimento de 5,2% face aos 409,3 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2021, ascendendo a 430,5 milhões de euros, nos primeiros seis meses de 2022. Este desempenho da margem financeira reflete, em larga medida, a evolução favorável do negócio comercial. Nesse sentido, salienta-se o aumento do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, particularmente relevante tendo em conta o contexto macroeconómico e geopolítico adverso em que ocorreu. Apesar dos níveis historicamente baixos em que as taxas de juro se têm situado, penalizando a evolução da margem financeira na atividade em Portugal, importa referir os recentes aumentos registados nas taxas de juro que terão impacto no rendimento gerado pela carteira de crédito *performing*, impulsionado pelo aumento registado nos volumes de crédito. Por outro lado, a redução do volume de crédito *non-performing* (carteira de NPE), decorrente da estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos levada a cabo pelo Banco, cumprindo um rigoroso plano de redução, teve como efeito colateral um impacto negativo na margem financeira na atividade em Portugal. Adicionalmente, importa referir o contributo positivo dos recursos de clientes para a evolução da margem financeira, refletindo ainda a tendência de redução da remuneração da carteira de depósitos observada neste período, pese embora o aumento verificado no saldo médio dos depósitos de clientes, decorrente do maior nível de poupança dos particulares verificada nos últimos trimestres.

Em contrapartida, destaca-se o aumento significativo dos custos suportados pelo Banco com a liquidez excedentária depositada junto do Banco de Portugal. Paralelamente, registou-se um impacto marginalmente positivo resultante do financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, na sequência da decisão do Banco de elevar a sua participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III) para 8.150 milhões de euros, em março de 2021, beneficiando de uma remuneração baseada numa taxa de juro negativa mais favorável, destinada a incentivar a concessão de crédito à economia.

Por outro lado, merece também referência o maior contributo para a evolução da margem financeira, na atividade em Portugal, do rendimento gerado pela carteira de dívida pública no primeiro semestre de 2022, face ao montante reconhecido no primeiro semestre de 2021, bem como a redução dos custos suportados com a emissão de dívida subordinada, refletindo por um lado, o vencimento de algumas emissões no período em análise, e por outro, o menor custo de financiamento da emissão realizada em novembro de 2021.

Inversamente, os custos suportados com a restante dívida emitida situaram-se num patamar superior ao verificado no primeiro semestre de 2021. Esta evolução resultou, por um lado, da execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros em fevereiro de 2021, e por outro de uma nova emissão, de títulos representativos de dívida social *senior preferred*, também no montante de 500 milhões de euros, colocada ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, no final do terceiro trimestre de 2021, visando, ambas as emissões, o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*).

Na atividade internacional, a margem financeira apresentou um crescimento muito expressivo de 55,6% face aos 356,5 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2021, ascendendo a 554,7 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, pese embora a margem financeira na subsidiária em Moçambique também tenha apresentado um desempenho favorável, ainda que com um impacto de menor dimensão.

Na subsidiária polaca, a margem financeira foi impulsionada pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência que se têm vindo a verificar a partir dos últimos meses de 2021, pondo termo ao período de taxas próximas de zero fixadas pelo banco central da Polónia na fase inicial da pandemia e que vinham a penalizar a margem financeira da subsidiária. O impacto destes aumentos das taxas de juro fez-se sentir sobretudo na margem do crédito a clientes, que assumiu um papel decisivo na evolução favorável da margem financeira da subsidiária.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira fixou-se em 2,29% no primeiro semestre de 2022, situando-se acima dos 1,91% registados no mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo desempenho da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira evoluiu de 1,46% no primeiro semestre de 2021, para 1,41% em igual período de 2022, refletindo essencialmente o recurso a garantias para mitigação do risco do crédito concedido, com o consequente impacto nas taxas de juro praticadas. A perda de rendimento associada à redução da carteira de NPE e o contexto de taxas de juro negativas que se verificou nos últimos tempos, também contribuíram para o decréscimo verificado na taxa de margem da atividade em Portugal.

Na atividade internacional, a taxa de margem financeira apresentou uma evolução bastante favorável, ao aumentar de 2,96% no primeiro semestre de 2021, para 4,44% no mesmo período do ano corrente, refletindo maioritariamente o impacto da inversão da tendência de evolução das taxas de juro de referência fixadas pelo banco central da Polónia, que após um período de acentuada redução, tem registado sucessivos aumentos desde o último trimestre de 2021.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, totalizaram 45,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, acima dos 30,0 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente o desempenho favorável da atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital situaram-se em 46,3 milhões de euros, que compara com 31,1 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2021. Esta evolução decorreu maioritariamente do aumento dos rendimentos recebidos

relacionados com os investimentos que integram a carteira de ações na atividade em Portugal que totalizaram 12,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, face a 0,1 milhões de euros apurados no mesmo período de 2021. Paralelamente, os resultados por equivalência patrimonial, também contribuíram para a evolução favorável deste agregado, nomeadamente através do aumento dos rendimentos gerados pela participação na Unicre.

Na atividade internacional, a evolução dos resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, foi determinada pela apropriação dos resultados gerados pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), no montante de 0,9 milhões de euros, na sequência da alienação, no final de 2021, pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“BIM”) à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., de ações representativas de 70% do capital social e direitos de voto da SIM, mantendo o BIM aproximadamente 22% do respetivo capital social. A apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico, por sua vez, revelou-se marginalmente inferior face ao montante apurado no primeiro semestre de 2021, refletindo os impactos causados pelas debilidades da economia local.

No primeiro semestre de 2022, as **comissões líquidas**⁴ apresentaram um crescimento de 9,8% face aos 352,9 milhões de euros registados nos primeiros seis meses de 2021, ascendendo a 387,6 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. O desempenho favorável das comissões líquidas, no período em análise, verificou-se principalmente na atividade em Portugal, mas também na atividade internacional.

Em termos consolidados, assistiu-se a uma melhoria generalizada dos vários tipos de comissões, refletindo em larga medida a progressiva normalização da atividade económica. As comissões bancárias apresentaram uma evolução favorável, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, enquanto que o crescimento das comissões relacionadas com os mercados se ficou a dever ao desempenho da atividade em Portugal, cujo impacto foi em larga medida atenuado pelo menor contributo da atividade internacional no que respeita a este tipo de comissões.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas cresceram 12,1% face aos 247,3 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2021, ascendendo a 277,2 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente, refletindo a progressiva normalização da atividade económica. A evolução das comissões líquidas na atividade em Portugal beneficiou do desempenho quer das comissões relacionadas com o negócio bancário, que apresentaram um aumento de 11,7%, quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros, que se situaram 14,3% acima do montante contabilizado nos primeiros seis meses de 2021.

As comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, ascenderam a 233,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, representando um crescimento de 24,5 milhões de euros face aos 208,9 milhões de euros registados no período homólogo de 2021. Apesar do crescimento generalizado dos diversos tipos de comissões relacionadas com o negócio bancário, merece particular destaque o desempenho das comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, com estas últimas a quase duplicar face ao montante registado no semestre homólogo do ano anterior, refletindo, em grande medida, o impacto da normalização da atividade económica, nomeadamente a recuperação dos níveis de transacionalidade pós pandemia. Adicionalmente, merece também referência o contributo das comissões de gestão e manutenção de contas, para a evolução global das comissões bancárias, devido essencialmente à dinâmica de aquisição de novos clientes e à gestão adequada das propostas de valor.

⁴ No decorrer de 2021, foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos, relativos ao primeiro semestre de 2021, das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados em base *pro forma* de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. Refira-se que, com exceção dos impactos produzidos pela reexpressão do contributo da subsidiária em Moçambique, na sequência da alienação, no final de 2021, da participação que a subsidiária tinha na SIM, o montante total das comissões mantém-se inalterado face ao divulgado no primeiro semestre de 2021.

As comissões relacionadas com o mercado na atividade em Portugal, por sua vez, revelaram-se 5,5 milhões de euros (14,3%) superiores face ao montante registado nos primeiros seis meses de 2021, totalizando 43,8 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022. Esta evolução reflete, por um lado, o desempenho favorável das comissões associadas a operações sobre títulos, nomeadamente no que respeita a operações de bolsa e corretagem e, por outro, o crescimento das comissões associadas à gestão e distribuição de ativos, decorrentes quer da atividade de distribuição de fundos de investimento de terceiros, quer da gestão de carteiras.

Na atividade internacional, as comissões líquidas registaram um aumento de 4,4% em relação aos 105,7 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2021, alcançando 110,4 milhões de euros no final de junho de 2022. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária em Moçambique, pese embora as comissões líquidas na subsidiária polaca também tenham evoluído de forma favorável, ainda que com menor expressão. O desempenho das comissões líquidas na atividade internacional reflete sobretudo o crescimento das comissões relacionadas com o negócio bancário, quer na subsidiária polaca, quer na subsidiária em Moçambique, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente absorvido pela redução das comissões relacionadas com os mercados, verificada sobretudo na subsidiária polaca.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	6M22	6M21 (reexpresso)	Var. 22/21
Comissões bancárias	332,7	299,1	11,2%
Cartões e transferências de valores	106,4	83,5	27,4%
Crédito e garantias	77,1	76,4	1,0%
<i>Bancassurance</i>	59,6	58,9	1,3%
Gestão e manutenção de contas	82,0	74,0	10,7%
Outras comissões	7,5	6,3	19,4%
Comissões relacionadas com mercados	54,9	53,8	2,0%
Operações sobre títulos	19,7	17,9	10,4%
Gestão e distribuição de ativos	35,2	35,9	-2,2%
COMISSÕES LÍQUIDAS	387,6	352,9	9,8%
das quais:			
Atividade em Portugal	277,2	247,3	12,1%
Atividade internacional	110,4	105,7	4,4%

Nos primeiros seis meses de 2022, os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 42,2 milhões de euros, situando-se muito aquém dos 80,3 milhões de euros alcançados em igual período do ano anterior, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer principalmente da atividade internacional.

Os resultados em operações financeiras, na atividade em Portugal, cifraram-se em 59,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, representando uma quebra de 12,1% face aos 68,0 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2021. Para esta evolução contribuíram maioritariamente menores ganhos associados a títulos de dívida pública nos primeiros seis meses de 2022 face aos registados em igual período de 2021. Inversamente, a evolução dos resultados em operações financeiras beneficiou dos ganhos reconhecidos no primeiro semestre de 2022 decorrentes da reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, a contrastar com os custos que haviam

sido refletidos na conta de exploração dos primeiros seis meses de 2021. Também os proveitos reconhecidos no primeiro semestre de 2022 com a alienação de créditos contrastam com os custos apurados no mesmo período de 2021, contribuindo favoravelmente para a evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de um lucro de 12,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, para 17,6 milhões de euros negativos nos primeiros seis meses de 2022. Esta evolução ficou a dever-se principalmente ao desempenho da subsidiária polaca, fortemente condicionado pelo impacto dos custos suportados com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, que mais do que duplicaram em relação aos 15,6 milhões de euros reconhecidos no primeiro semestre de 2021, cifrando-se em 49,3 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Por outro lado, na operação em Moçambique, ainda que com um impacto menos material, os resultados em operações financeiras apresentaram um crescimento significativo, decorrente sobretudo do aumento dos proveitos provenientes de operações cambiais, potenciado pela evolução cambial do metical face ao euro.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

No primeiro semestre de 2022, os outros proveitos de exploração líquidos cifraram-se em 177,2 milhões de euros negativos, que compara com 112,4 milhões de euros também negativos apurados no semestre homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da atividade internacional, sendo que a variação registada na atividade em Portugal não se afigura materialmente relevante.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos ascenderam a 72,0 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2022, mantendo-se em linha com os 71,3 milhões de euros também negativos registados no primeiro semestre de 2021. Apesar de globalmente os outros proveitos de exploração líquidos permanecerem num patamar semelhante ao verificado no mesmo período do ano anterior, esta evolução decorre de dinâmicas distintas no que respeita às suas componentes. Nesse sentido, importa salientar o aumento expressivo dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda, pese embora o seu impacto tenha sido integralmente absorvido, sobretudo, pelo aumento de 11,3 milhões de euros registado nos custos suportados com as contribuições obrigatórias, que evoluíram de 77,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, para 88,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022. Importa salientar que do montante global dos custos reconhecidos com contribuições obrigatórias na atividade em Portugal, no primeiro semestre de 2022, 62,2 milhões de euros referem-se a contribuições destinadas a entidades nacionais (56,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021).

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 41,1 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2021, para 105,2 milhões de euros também negativos nos primeiros seis meses de 2022. Esta evolução encontra-se influenciada, sobretudo, pelo desempenho da subsidiária polaca, refletindo maioritariamente o aumento dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a operação está sujeita, em 64,9 milhões de euros, de 51,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, para 116,7 milhões de euros no mesmo período de 2022. Neste contexto, salienta-se a contribuição de 54,3 milhões de euros, no primeiro semestre de 2022, para o recém-criado fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro local, assegurando a liquidez e solvência dos bancos membros, servindo simultaneamente para apoiar situações de reestruturação forçada realizada pelo Fundo de Garantia Bancária em bancos que sejam sociedades anónimas. Assim, o Banco, em conjunto com as restantes instituições financeiras aderentes, criou uma sociedade que, por sua vez, constituiu um "fundo de proteção" para o qual cada banco contribuirá com o equivalente a 0,4% dos seus depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de

Depósitos local. Por outro lado, na sequência da criação desta nova contribuição, em 2022 o Bank Millennium apenas irá suportar os custos com o fundo de garantia de depósitos respeitantes ao primeiro trimestre do ano, que se cifraram em 8,0 milhões de euros, situando-se num patamar semelhante ao montante reconhecido no primeiro semestre do ano anterior. Por outro lado, os outros proveitos de exploração líquidos beneficiaram do aumento dos proveitos a receber de entidade terceira, relacionados com os custos suportados com o risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência do contrato de aquisição do Euro Bank S.A., na medida em que os mesmos se revelaram superiores aos 16,4 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2021, totalizando 20,7 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Na subsidiária em Moçambique, os outros proveitos de exploração líquidos, apesar de numa dimensão mais reduzida, registaram uma evolução favorável face ao primeiro semestre de 2021, potenciada pela evolução cambial do metical face ao euro.

Os **custos operacionais**, não considerando o efeito dos itens específicos⁵, totalizaram 510,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022, situando-se 1,5% acima dos 502,9 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete, em parte, a subida da inflação, transversal a todas as geografias em que o Banco opera, com o impacto mais significativo a registar-se na atividade internacional, sobretudo na subsidiária polaca.

Nesse sentido, refira-se que o desempenho dos custos operacionais do Grupo, excluindo os itens específicos⁵, foi determinado pelo aumento registado na atividade internacional, sobretudo no que respeita aos custos com o pessoal e aos outros gastos administrativos, que absorveu por completo as poupanças alcançadas na atividade em Portugal, decorrentes da redução dos custos com o pessoal.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos⁵, apresentaram uma redução de 4,6% face aos 302,2 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2021, cifrando-se em 288,2 milhões de euros no mesmo período de 2022. Os itens específicos reconhecidos no primeiro semestre de 2022, respeitam maioritariamente à distribuição de parte dos resultados de 2021 pelos colaboradores do Banco a título de compensação pela redução temporária da remuneração no período 2014/2017, conforme proposta aprovada na Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A, realizada no dia 4 de maio de 2022. No primeiro semestre de 2021, os itens específicos estão sobretudo relacionados com a constituição de uma provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, que o Banco levou a cabo nesse ano.

Neste contexto, refira-se que a evolução favorável dos custos operacionais na atividade em Portugal, excluindo os itens específicos⁵, ficou a dever-se às poupanças obtidas nos custos com o pessoal, resultado da implementação do referido plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021. Para a evolução dos custos operacionais contribuiu ainda um ligeiro aumento nos outros gastos administrativos, mantendo-se as amortizações do exercício em linha com o montante contabilizado no primeiro semestre de 2021.

Na atividade internacional, os custos operacionais, totalizaram 222,4 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, situando-se 10,8% acima dos 200,7 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior, refletindo, em parte, os aumentos inflacionários registados nos últimos meses, nas geografias onde o Grupo opera. Neste contexto, a evolução dos custos operacionais, na atividade internacional, decorreu do desempenho tanto da subsidiária polaca, como da subsidiária em Moçambique, no último caso, fortemente penalizado também pela evolução cambial do metical face ao euro.

Em termos consolidados, apesar dos custos operacionais, excluindo os itens específicos⁵, se terem revelado ligeiramente superiores face ao montante contabilizado no primeiro semestre de 2021, o aumento evidenciado quer

⁵ Itens específicos: impacto negativo de 5,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 e 87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal.

no produto bancário, quer nos proveitos *core*, permitiu uma melhoria significativa dos rácios de eficiência e de eficiência *core* que, excluindo os itens específicos, evoluíram, respetivamente, de 45,0% no primeiro semestre de 2021, para 39,8% no primeiro semestre de 2022, e de 45,0% para 37,2% no mesmo período. Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* evoluíram, respetivamente, de 52,8% para 40,2% e de 52,7% para 37,6% no mesmo período.

Os **custos com o pessoal**, não considerando o efeito dos itens específicos (5,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 e 87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021), totalizaram 278,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022, apresentando uma redução de 2,5% face aos 285,6 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2021. Esta evolução beneficiou do desempenho favorável da atividade em Portugal, pese embora o seu impacto tenha sido em parte absorvido pelo aumento dos custos com o pessoal na atividade internacional. Os itens específicos anteriormente mencionados foram, em ambos os períodos, integralmente reconhecidos na atividade em Portugal. A distribuição de parte dos resultados obtidos em 2021 pelos colaboradores do Banco, conforme proposta aprovada na Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., realizada no dia 4 de maio de 2022, representa a quase totalidade dos itens específicos reconhecidos no primeiro semestre de 2022. No primeiro semestre de 2021, os itens específicos ascenderam a 87,2 milhões de euros, estando maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal, excluindo o impacto dos itens específicos (5,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 e 87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021), evidenciaram uma redução de 9,5% face aos 176,8 milhões de euros apurados na primeira metade de 2021, cifrando-se em 160,0 milhões de euros em igual período do ano corrente. Esta evolução favorável dos custos com o pessoal, excluindo os itens específicos, resultou sobretudo da redução, em termos líquidos, do número de colaboradores, que passou de 6.937 colaboradores em 30 de junho de 2021, para 6.254 colaboradores no final de junho de 2022. A redução do número de colaboradores reflete essencialmente o impacto da implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco implementou em 2021, sendo de assinalar que o Banco não deixou de se dotar para responder às necessidades atuais através da contratação de novos colaboradores com competências específicas no digital e novas tecnologias. Os custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal foram reconhecidos como itens específicos no primeiro semestre de 2021, incluindo maioritariamente a já referida provisão, no montante de 81,4 milhões de euros.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 118,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, situando-se 8,9% acima dos 108,8 milhões de euros apurados no mesmo período de 2021, devido ao desempenho quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária em Moçambique.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser determinada pela forte pressão sobre os salários base, decorrente quer dos crescentes níveis de inflação, quer das características do mercado de trabalho polaco, nomeadamente das taxas de desemprego muito baixas que se verificam no país. Nesse sentido, como forma de reter e motivar os colaboradores, também os montantes destinados aos prémios pagos aos colaboradores se situaram num patamar superior ao verificado no primeiro semestre de 2021. Em contrapartida, fruto da necessidade de acelerar a melhoria de eficiência no âmbito do contexto desafiante que a subsidiária tem vindo a enfrentar, a evolução dos custos com o pessoal na subsidiária polaca reflete também o impacto da redução do número total de colaboradores que, passou de 7.286 colaboradores (7.148 FTE - *full time equivalent*) em 30 de junho de 2021, para 6.871 colaboradores (6.735 FTE - *full-time equivalent*) no final de junho de 2022.

Na operação em Moçambique, por sua vez, apesar de se ter assistido a uma redução de 72 colaboradores no quadro de pessoal, de 2.611 colaboradores em 30 de junho de 2021, para 2.539 colaboradores na mesma data de 2022, essa redução ficou a dever-se à alienação, no final de 2021, por parte do BIM - Banco Internacional de Moçambique, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (SIM), passando a

deter apenas uma participação minoritária de cerca de 22%. Excluindo os 150 colaboradores que no final do primeiro semestre de 2021 pertenciam à SIM, o quadro de pessoal da operação moçambicana aumentou 78 colaboradores, o que conjuntamente com a atualização salarial e com a evolução cambial do metical face ao euro, justificou o aumento do total de custos com o pessoal face ao semestre homólogo do ano anterior. Importa referir que na sequência da alienação da SIM, no final de 2021, por forma a assegurar a comparabilidade da informação, os valores históricos desta operação, relativos ao primeiro semestre de 2021, foram reexpressos, passando a estar refletidos como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação, de acordo com o disposto na IFRS 5.

Em 30 de junho de 2022, o quadro de pessoal da atividade internacional era composto por 9.413 colaboradores, representando menos 571 colaboradores do que os 9.984 colaboradores existentes na mesma data do ano anterior. O Bank Millennium na Polónia foi o principal responsável por esta evolução, ao apresentar uma redução de 415 colaboradores no período em análise. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro semestre de 2022 com menos 72 colaboradores do que no semestre homólogo do ano anterior, sendo que esta variação se encontra fortemente influenciada pelo impacto da venda da SIM, cujo quadro de pessoal em 30 de junho de 2021, era composto por 150 colaboradores. Adicionalmente, a evolução do número de colaboradores afetos à atividade internacional reflete também o impacto da alienação da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse), ocorrida no final de 2021, tendo esta sucursal afetos 83 colaboradores, em 30 de junho de 2021. Apesar da venda desta subsidiária apenas ter ocorrido no final de 2021, o seu contributo para o resultado consolidado do Grupo, no primeiro semestre de 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação, na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A., conforme previsto na IFRS 5.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 162,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, representando um aumento de 9,1% face aos 149,0 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, refletindo, em parte, o aumento generalizado da inflação. Esta evolução ficou a dever-se essencialmente ao desempenho da atividade internacional, pese embora os outros gastos administrativos na atividade em Portugal também se tenham revelado ligeiramente superiores face aos registados no primeiro semestre de 2021.

Nos primeiros seis meses de 2022, os outros gastos administrativos na atividade em Portugal cifraram-se em 88,4 milhões de euros, situando-se 3,5% acima dos 85,4 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior. Para este desempenho contribuiu maioritariamente o aumento significativo dos custos relacionados com água, energia e combustíveis, refletindo sobretudo o cada vez mais elevado custo da energia, mas também o progressivo regresso dos colaboradores às instalações do Banco após os vários períodos de confinamento impostos pela pandemia associada à COVID-19. Paralelamente, também se assistiu a um aumento dos custos associados a informática, nomeadamente à manutenção de *hardware* e *software*, decorrente do maior investimento por parte do Banco em tecnologia e cibersegurança. Por outro lado, a retoma gradual da atividade económica, influenciada pela evolução favorável da pandemia, refletiu-se nos outros gastos administrativos de formas distintas. Nesse sentido, salienta-se por um lado, o aumento dos custos com publicidade, transportes e com deslocações, estadias e representações, e por outro, as poupanças obtidas em outras rubricas, tais como outros fornecimentos e serviços de terceiros, nomeadamente a limpeza das instalações e custos com comunicações. Paralelamente, o Banco tem continuando a implementar uma série de medidas com vista a manter uma gestão disciplinada dos custos, entre as quais se salienta o redimensionamento da rede de sucursais na atividade em Portugal, que evoluiu de 458 sucursais em 30 de junho de 2021, para 415 sucursais no final de junho 2022, com impacto generalizado nas várias rubricas que compõem os outros gastos administrativos.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 74,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, 16,7% acima dos 63,6 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se ao desempenho quer da subsidiária polaca, refletindo em parte o aumento dos custos com consultoria jurídica associados aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, quer da subsidiária em Moçambique, com esta última a ser penalizada, acima de tudo, pela evolução cambial do metical face ao euro. Por

outro lado, a evolução dos outros gastos administrativos, na atividade internacional, continua a beneficiar das sinergias obtidas na sequência da otimização da sua rede de sucursais, nomeadamente da redução verificada na subsidiária polaca cujo número evoluiu das 676 sucursais existentes em 30 de junho de 2021, para 635 sucursais no final de junho de 2022. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro semestre de 2022 com 197 sucursais, menos duas que na mesma data do ano anterior.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 69,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022, situando-se 1,7% acima dos 68,3 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução foi determinada pela atividade internacional, uma vez que, na atividade em Portugal, as amortizações do exercício permaneceram em linha com o montante registado no primeiro semestre de 2021.

Apesar de, em termos globais, as amortizações do exercício, na atividade em Portugal se terem mantido estáveis face ao primeiro semestre de 2021 (-0,6%), totalizando 39,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022, importa referir que se assistiu a um aumento das amortizações associadas a *software*, decorrente do investimento efetuado ao longo dos últimos anos, pese embora o mesmo tenha sido mais do que compensado pela redução das amortizações associadas a equipamento informático. O reforço do investimento em *software* evidencia o compromisso assumido pelo Banco com o processo de transformação em curso e a constante aposta na inovação tecnológica, particularmente relevantes no contexto de pandemia que se tem vivido nos últimos tempos.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício ascenderam a 29,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, situando-se 4,9% acima dos 28,3 milhões de euros registados no semestre homólogo de 2021. Este desempenho foi determinado pela atividade da subsidiária em Moçambique, refletindo a evolução cambial do metical face ao euro, uma vez que em moeda local as amortizações desta subsidiária permaneceram num patamar semelhante ao verificado no primeiro semestre de 2021.

CUSTOS OPERACIONAIS (1)

Milhões de euros

	6M22	6M21 (reexpresso)	Var. 22/21
Custos com o pessoal	278,5	285,6	-2,5%
Outros gastos administrativos	162,6	149,0	9,1%
Amortizações do exercício	69,5	68,3	1,7%
CUSTOS OPERACIONAIS	510,5	502,9	1,5%
dos quais:			
Atividade em Portugal	288,2	302,2	-4,6%
Atividade internacional	222,4	200,7	10,8%
Rácio de eficiência <i>core</i> do Grupo	37,2%	45,0%	
Rácio de eficiência do Grupo	39,8%	45,0%	

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

No primeiro semestre de 2022, as dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) totalizaram 179,4 milhões de euros, apresentando um aumento de 14,3% face aos 156,9 milhões de euros contabilizados no mesmo período de 2021, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) ascenderam a 139,5 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, situando-se 9,8% acima dos 127,0 milhões de euros

reconhecidos nos primeiros seis meses de 2021. Esta evolução foi condicionada pelos impactos positivos extraordinários, não esperados, associados à atividade de um cliente individual conduzindo a menores necessidades de imparidade no primeiro semestre de 2021, que mais do que compensaram o reconhecimento de imparidades adicionais no mesmo período.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se 33,5% acima dos 29,9 milhões de euros reconhecidos no primeiro semestre de 2021, fixando-se em 40,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, ficando esta evolução a dever-se ao maior nível de provisionamento requerido quer pela subsidiária polaca, quer pela subsidiária em Moçambique. De referir, no entanto, que a evolução da imparidade do crédito na operação moçambicana se encontra condicionada pela reversão, no primeiro semestre de 2021, da imparidade associada a um cliente individual, motivada pela dação em cumprimento do imóvel em garantia.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, traduziu-se num aumento do custo do risco do Grupo, líquido de recuperações dos 55 pontos base observados no primeiro semestre de 2021, para 61 pontos base no mesmo período de 2022. Na atividade em Portugal, o custo do risco (líquido de recuperações) evoluiu de 64 pontos base no primeiro semestre de 2021, para 69 pontos base no mesmo período do ano corrente. Na atividade internacional, o custo do risco líquido de recuperações também sofreu um agravamento, de 33 pontos base no primeiro semestre de 2021, para 44 pontos base no mesmo período do ano corrente.

Expurgando os impactos extraordinários anteriormente referidos (reversões *one-off*), quer na atividade em Portugal, quer na subsidiária em Moçambique, o custo do risco do Grupo e da atividade em Portugal, no final do primeiro semestre de 2021, seria de 68 pontos base e de 81 pontos base, respetivamente.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 371,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022, situando-se 22,0% acima dos 304,8 milhões de euros registados no mesmo período de 2021, fortemente influenciadas pela constituição, em junho de 2022, de imparidades para o *goodwill* da subsidiária polaca. Não obstante o bom desempenho operacional do Bank Millennium S.A., a repercussão expectável que a subida das taxas de juro de referência tem na evolução prospetiva da margem financeira e o facto de o Bank Millennium S.A. manter recuperável o *goodwill* associado ao negócio de crédito ao consumo adquirido ao Euro Bank S.A., face à sensibilidade da estimativa de valor ao principais pressupostos considerados e à incerteza associada relativamente aos impactos materiais, no Plano de Negócios e projeções, decorrentes das eventuais medidas legislativas, entendeu-se considerar a imparidade total do *goodwill* atual associado à aquisição pelo Grupo BCP da atual percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. no montante de 102,3 milhões de euros a 30 de junho de 2022.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões apresentaram uma evolução favorável, de 68,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, para 51,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, refletindo essencialmente a redução das provisões para outros riscos e encargos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 320,9 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, apresentando um aumento de 35,9% face aos 236,2 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo a constituição da imparidade referente à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium, conforme referido anteriormente.

Por outro lado, apesar de continuar a penalizar fortemente o resultado da subsidiária polaca, o reforço da provisão extraordinária, constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, evoluiu favoravelmente face aos 230,6 milhões de euros reconhecidos no primeiro semestre de 2021, fixando-se em 218,8 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Importa salientar que o impacto destas provisões foi

mitigado, em ambos os períodos, pelo reconhecimento de proveitos, refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. (20,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 e 16,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2021).

A evolução das outras imparidades e provisões na atividade internacional foi ainda influenciada pelo reconhecimento, no primeiro semestre de 2021, de imparidades, no montante de 3,2 milhões de euros, para o investimento na participação no Banco Millennium Atlântico (incluindo o *goodwill*), destinadas a fazer face aos riscos inerentes ao contexto em que operação angolana desenvolve a sua atividade (inexistentes no primeiro semestre de 2022). A subsidiária em Moçambique, por sua vez, apresentou uma redução face aos 2,3 milhões de euros que haviam sido reconhecidos no primeiro semestre de 2021, assumindo um valor residual no mesmo período de 2022.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros ascenderam a 155,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, montante que compara com 101,9 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros seis meses de 2022, impostos correntes de 44,9 milhões de euros (49,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2021) e impostos diferidos no montante de 110,8 milhões de euros (52,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2021).

Os gastos por impostos correntes no primeiro semestre de 2022 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca.

Os gastos por impostos diferidos no primeiro semestre de 2022 decorrem do resultado do período da atividade em Portugal e estão influenciados pela não dedutibilidade fiscal de alguns tributos sobre o setor bancário em Portugal.

O resultado antes de impostos do Grupo inclui o gasto de 102,3 milhões de euros relativo à imparidade do *goodwill* da subsidiária polaca, o qual não tem impacto ao nível dos impostos correntes e diferidos.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 96.074 milhões de euros em 30 de junho de 2022, evidenciando um crescimento de 5,2% face aos 91.365 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da atividade em Portugal, uma vez que o ativo da atividade internacional registou uma ligeira diminuição.

O desempenho da atividade em Portugal traduziu-se num aumento de 7,8% do ativo total, face aos 64.631 milhões de euros registados em 30 de junho de 2021, tendo-se fixado em 69.695 milhões de euros na mesma data do corrente ano. Esta evolução é explicada pelos aumentos das disponibilidades em Bancos Centrais, da carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e da rubrica de outros ativos (aumento das cauções associadas às câmaras de compensação/*clearing* de derivados). Inversamente, verificou-se uma redução mais significativa na carteira de títulos, sobretudo explicada pelo desinvestimento na dívida pública portuguesa e nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação, embora de menor magnitude neste último caso.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 26.379 milhões de euros em 30 de junho de 2022, registando uma ligeira descida de 1,3% face ao período homólogo (26.734 milhões de euros registados na mesma data do ano

anterior). No que diz respeito à evolução das rubricas de balanço, registou-se um aumento das disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito que foi mais do que anulado pela redução da carteira de títulos, pelo reconhecimento da imparidade total do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da atual percentagem de controlo sobre a subsidiária polaca e pelo impacto da desconsolidação da operação na Suíça e da SIM na sequência da alienação destas entidades no final do ano de 2021.

A **carteira de crédito (bruto)**⁶ consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 58.653 milhões de euros em 30 de junho de 2022, o que comparando com os 57.512 milhões de euros registados no final de junho do ano anterior significa um crescimento de 2,0%, alcançado sobretudo por via do desempenho da atividade em Portugal.

A evolução da carteira de crédito a clientes (antes de imparidades) na atividade em Portugal registou um aumento de 2,7% face aos 39.515 milhões de euros verificados no final de junho de 2021, tendo atingido 40.577 milhões de euros em 30 de junho de 2022. Este crescimento reflete, em grande parte, a expansão do crédito a particulares que evoluiu de 19.916 milhões de euros em 30 de junho de 2021 para 20.963 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, beneficiando sobretudo do dinamismo do crédito hipotecário e do crédito pessoal, embora neste caso numa menor magnitude.

O crédito a empresas atingiu 19.614 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, permanecendo em linha com os valores atingidos no período homólogo (19.599 milhões de euros em 30 de junho de 2021). No que diz respeito ao crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português, em 30 de junho de 2022, o montante total de crédito ascendia a 2.383 milhões de euros, o que compara com 2.642 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano anterior. No final do primeiro semestre de 2022, o montante total de crédito ao abrigo das linhas COVID-19 representava cerca de 5,9% da carteira de crédito total referente à atividade em Portugal.

O crescimento líquido da carteira de crédito inclui, por um lado, o crescimento da carteira de crédito *performing*, que aumentou 1.522 milhões de euros entre o final do primeiro semestre de 2021 e 2022, e por outro lado, uma redução das *non performing exposures* (NPE) de 460 milhões de euros naquele período, continuando a ser levada a cabo com sucesso a estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos desenvolvida pelo Banco ao longo dos últimos anos.

No que respeita à qualidade da carteira de crédito anteriormente sujeita a moratória, que à data de 30 de junho de 2022 ascendia a 7.363 milhões de euros (moratórias expiradas), importa salientar que 88,2% desta exposição correspondia a crédito *performing*. Consequentemente, apenas 11,8% diziam respeito a *non-performing exposures* (operações classificadas como *stage 3*), o que compara com uma percentagem de exposições não produtivas de 4,0%⁷ ao nível da carteira total.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto)⁶ passou de 17.997 milhões de euros registados no final do primeiro semestre do ano anterior para 18.076 milhões de euros em 30 de junho de 2022, sendo este ligeiro aumento justificado pela atividade da subsidiária polaca.

A carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira, que é maioritariamente denominada em francos suíços, continuou a evidenciar uma tendência de descida relevante, tendo caído de 2.615 milhões de euros em 30 de junho de 2021 para 1.812 milhões de euros em 30 de junho de 2022. De notar que, no primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a apresentação das provisões para processos individuais relacionados com crédito à habitação em francos

⁶ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação

⁷ Rácio de NPE, medido pelo quociente entre as *non-performing exposures* (apenas exposições incluídas no agregado de crédito a clientes) e o crédito (bruto) total.

suíços, tendo passado a alocar as provisões para riscos legais futuros e a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com a IFRS 9. A carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira representava 15,1% e 10,4% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 4,5% e 3,1% da carteira de crédito total do Grupo, no final do primeiro semestre de 2021 e 2022, respetivamente.

De salientar que, a carteira de crédito em moeda estrangeira antes das provisões anteriormente referidas, as quais ascendem a 365 milhões de euros e a 770 milhões de euros em 30 de junho de 2021 e 2022, respetivamente, descontada da parcela respeitante ao Euro Bank S.A., cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade, cifrava-se em 2.775 milhões de euros em 30 de junho de 2021 e em 2.436 milhões de euros em 30 de junho de 2022, traduzindo uma redução de 12,2%.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 jun. 22	30 jun. 21 comparável(1)	Var. 22/21
PARTICULARES	34.213	33.106	3,3%
Hipotecário	28.284	27.206	4,0%
Pessoal	5.929	5.900	0,5%
EMPRESAS	24.441	24.407	0,1%
Serviços	8.462	8.410	0,6%
Comércio	4.230	4.234	-0,1%
Construção	1.632	1.686	-3,2%
Outros	10.116	10.077	0,4%
	58.653	57.512	2,0%
do qual:			
Atividade em Portugal	40.577	39.515	2,7%
Atividade internacional	18.076	17.997	0,4%
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	--	372	
TOTAL	58.653	57.885	1,3%

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 2021 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação.

A **qualidade da carteira de crédito** continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

Com o surgimento do conflito Rússia/Ucrânia, o Banco realizou um conjunto de análises quantitativas e qualitativas para avaliar os potenciais impactos no desempenho da carteira de crédito. Esta avaliação foi realizada, nomeadamente, em Portugal e na Polónia, sendo esta última geografia potencialmente mais exposta aos impactos deste evento, por se tratar de um país vizinho da Ucrânia. Tendo em consideração a incerteza ainda elevada, é difícil determinar as consequências económicas nos negócios do Banco e nas perspetivas de curto/médio prazo das ações militares e sanções impostas à Rússia e à Bielorrússia pelos países ocidentais, designadamente, das restrições aos fornecimentos de energia, nomeadamente fornecimento de gás para a Europa e impactos nas cadeias de distribuição de diversos produtos e *commodities*. No entanto, foram implementados procedimentos de acompanhamento com enfoque nas carteiras identificadas como potencialmente mais vulneráveis, entre os quais destacamos sessões dedicadas da Comissão Executiva do BCP com o objetivo de avaliar os impactos desta crise geopolítica no perfil de risco do banco e comités dedicados ao acompanhamento das exposições a clientes mais vulneráveis.

A melhoria da qualidade da carteira de crédito é observável em todos os indicadores, verificando-se uma evolução positiva em todos os rácios apresentados. Neste contexto, destaca-se o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total que diminuiu de 5,2% em 30 de junho de 2021 para 4,3% na mesma data de 2022, refletindo essencialmente o desempenho da carteira de crédito doméstica, cujo rácio de NPE revelou uma redução de 5,3% para 4,0% entre os períodos indicados anteriormente.

Simultaneamente, importa referir o aumento generalizado dos graus de cobertura por imparidades do Grupo, mas sobretudo na atividade em Portugal, cujo reforço da cobertura de NPL há mais de 90 dias evoluiu de 146,0% no final de junho de 2021 para 211,8% em 30 de junho de 2022. A cobertura de NPE por imparidades em Portugal, por sua vez, registou um decréscimo de 4 p.p., tendo atingido 63,6% no final do primeiro semestre de 2022, face a 67,3% relevado em igual data do ano anterior.

O grau de cobertura da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca, considerando para o efeito o montante total da carteira, isto é, antes do abate da respetiva parcela motivada pela constituição de provisões diretamente por via da redução de valor contabilístico bruto dos empréstimos, mas deduzida do montante total da exposição com origem no Euro Bank S.A. (2.775 milhões de euros e 2.436 milhões de euros em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, respetivamente) e o montante total das provisões constituídas (414 milhões de euros e 884 milhões de euros, incluindo quer as provisões constituídas diretamente por redução do valor do ativo, quer as provisões relevadas no passivo) evidenciou um crescimento expressivo de 14,9% em 30 de junho de 2021 para 36,3% em 30 de junho de 2022.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 jun. 22	30 jun. 21	Var. 22/21	30 jun. 22	30 jun. 21	Var. 22/21
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	58.653	57.885	1,3%	40.577	39.515	2,7%
Crédito vencido > 90 dias	618	1.126	-45,1%	287	753	-61,9%
Crédito vencido	753	1.250	-39,8%	307	763	-59,7%
Crédito reestruturado	2.109	2.512	-16,1%	1.616	1.965	-17,8%
NPL > 90 dias	904	1.463	-38,2%	491	965	-49,1%
NPE	2.502	3.003	-16,7%	1.635	2.095	-22,0%
Imparidade do crédito (balanço)	1.615	2.000	-19,3%	1.040	1.409	-26,2%
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,1%	1,9%		0,7%	1,9%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,3%	2,2%		0,8%	1,9%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	3,6%	4,3%		4,0%	5,0%	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,5%	2,5%		1,2%	2,4%	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	4,3%	5,2%		4,0%	5,3%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	261,1%	177,7%		362,8%	187,1%	
Cobertura do Crédito vencido	214,5%	160,0%		338,5%	184,6%	
Cobertura de NPL > 90 dias	178,5%	136,7%		211,8%	146,0%	
Cobertura de NPE	64,5%	66,6%		63,6%	67,3%	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	2,8%	3,5%		2,7%	3,6%	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes**⁸ evoluíram favoravelmente, apresentando um crescimento de 3,6% face aos 87.867 milhões de euros apurados em 30 de junho de 2021, fixando-se em 91.070 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente. Esta evolução reflete sobretudo o bom desempenho da atividade em Portugal, apesar de a atividade internacional também ter contribuído para o referido crescimento, mas neste caso em menor escala. No que diz respeito à natureza dos recursos, registou-se um aumento dos recursos de balanço, por contrapartida de uma diminuição dos recursos fora de balanço.

Os recursos de balanço aumentaram de 68.942 milhões de euros em 30 de junho de 2021 para 74.546 milhões de euros em 30 de junho de 2022, devido sobretudo à expansão dos depósitos e outros recursos de clientes, que em termos consolidados aumentaram 5.767 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da atividade em Portugal, pese embora também tenha beneficiado em menor escala do aumento registado na atividade internacional.

⁸ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

Os recursos fora de balanço apresentaram uma evolução negativa face à mesma data do ano anterior, apresentando um decréscimo de 2.400 milhões de euros, fixando-se em 16.524 milhões de euros no final de junho de 2022. Tanto a atividade em Portugal, como a atividade internacional contribuíram para esta quebra.

Na atividade em Portugal, os recursos totais cifraram-se em 66.971 milhões de euros em 30 de junho de 2022, 4,6% acima dos 64.039 milhões de euros registados no final de junho do ano anterior. Este aumento foi impulsionado pelo desempenho dos recursos de balanço, nomeadamente dos depósitos e outros recursos de clientes, cujo crescimento, face a 30 de junho de 2021, foi de 4.840 milhões de euros, refletindo o aumento da poupança dos particulares cimentando a tendência verificada nos últimos trimestres.

Os recursos fora de balanço na atividade em Portugal registaram um decréscimo de 1.758 milhões de euros em comparação com o montante alcançado no final de junho de 2021, sendo esta evolução explicada pela redução nos seguros de poupança e investimento e ativos distribuídos, que não foi compensada pelo aumento nos ativos sob gestão.

Na atividade internacional⁸, os recursos totais de clientes situaram-se em 24.100 milhões de euros em 30 de junho de 2022, aumentando 1,1% em relação aos 23.828 milhões de euros apurados na mesma data de 2021, refletindo principalmente o contributo positivo da subsidiária em Moçambique.

Os recursos de balanço na atividade internacional fixaram-se em 22.655 milhões de euros em 30 de junho de 2022, 4,2% acima dos 21.741 milhões de euros registados no final de junho de ano anterior, sendo esta evolução explicada pelo crescimento dos depósitos de clientes quer na subsidiária polaca, quer na operação em Moçambique.

Os recursos fora de balanço na atividade internacional registaram um decréscimo de 642 milhões de euros face a 30 de junho de 2021, tendo-se fixado em 1.445 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano de 2022. Esta diminuição verificou-se em todos os segmentos de negócios, sendo a quebra nos ativos de gestão a mais significativa em termos absolutos.

Em 30 de junho de 2022, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes, em termos consolidados, representavam 81,9% e 80,4% dos recursos totais de clientes (77,1% e 75,4% respetivamente em 30 de junho de 2021, considerando os valores *stated*).

O rácio de transformação (calculado com valores *stated*), no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 77,9% em 30 de junho de 2022, sendo que o mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 76,5%. Ambos os rácios apresentam valores abaixo dos obtidos na mesma data do ano anterior, 82,1% e 80,3%, respetivamente.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	30 jun. 22	30 jun. 21 comparável(1)	Milhões de euros Var. 22/21
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	74.546	68.942	8,1%
Depósitos e outros recursos de clientes	73.190	67.423	8,6%
Débitos para com clientes titulados	1.356	1.519	-10,8%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	16.524	18.924	-12,7%
Ativos sob gestão	5.173	5.348	-3,3%
Ativos distribuídos	5.458	6.091	-10,4%
Seguros de poupança e de investimento	5.893	7.485	-21,3%
	91.070	87.867	3,6%
do qual:			
Atividade em Portugal	66.971	64.039	4,6%
Atividade internacional	24.100	23.828	1,1%
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	--	2.485	
TOTAL	91.070	90.351	0,8%

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 2021 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação. Do montante total dos recursos de clientes respeitantes ao Banque Privée BCP, que ascendiam a 2.485 milhões de euros em 30 de junho de 2021, 678 milhões de euros dizem respeito a recursos de clientes de balanço e 1.807 milhões de euros respeitam a recursos de clientes fora de balanço.

Em 30 de junho de 2022, a **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, ascendeu a 21.133 milhões de euros, evidenciando uma diminuição de 7,5% face aos 22.837 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, o que levou a uma redução do seu peso no ativo total de 25,0% em 30 de junho de 2021 para 22,0% em 30 de junho de 2022. A redução observada ficou a dever-se principalmente à diminuição da carteira afeta à atividade em Portugal, especialmente por via do desinvestimento em dívida soberana portuguesa, na medida em que o investimento na dívida soberana estrangeira foi reforçado face ao período homólogo. Quanto à carteira afeta à atividade internacional, esta registou um decréscimo de 710 milhões de euros em relação a 30 de junho de 2021, parcialmente explicado pelo desinvestimento em dívida soberana polaca e pelo impacto decorrente da alienação da subsidiária suíça que ocorreu no final de 2021.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O Grupo melhorou estruturalmente o seu perfil de liquidez, registando, em 30 de junho de 2022, um rácio de transformação do crédito sobre depósitos, calculado de acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004 (versão vigente) de 78% sendo que em 30 de junho de 2021 este rácio fixou-se em 82%.

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 261% no final de junho de 2022 (junho 2021: 270%), equivalente a um *surplus* de 14,3 mil milhões de euros (junho 2021: 14,2 mil milhões de euros) para 100% do requisito mínimo regulamentar, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo.

Em harmonização com a norma de financiamento estável do CBSB, em junho de 2021, entrou em vigor o requisito mínimo regulamentar de 100% para o NSFR (Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876). O Grupo reforçou a disposição da base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*) apurado em 30 de junho de 2022 se fixasse em 153% (148% em 30 de junho de 2021).

A crise na Ucrânia não veio, até a data, afetar a robustez das posições de liquidez do BCP e das suas principais subsidiárias, cujos indicadores de risco continuam a revelar o cumprimento de todos os mínimos regulatórios e dos mais estritos requisitos impostos pelo *risk appetite framework* do Grupo.

Assim, verificou-se um reforço do saldo de depósitos de clientes no BCP, no Bank Millennium e no BIM, comparativamente quer com o saldo verificado na mesma data do ano anterior, quer com o saldo no início de 2022.

Na atividade em Portugal, esse reforço foi de 4,8 mil milhões de euros nos últimos doze meses, atribuível sobretudo ao segmento de retalho, conferindo assim estabilidade acrescida à principal fonte de financiamento do Banco, permitindo simultaneamente uma evolução favorável do *gap* comercial.

No que respeita ao *funding* de mercado de médio-longo prazo, e no âmbito do seu Plano Estratégico 2021-24, o BCP realizou no segundo semestre do ano transato duas emissões no total de 800 milhões de euros, para cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*). Por outro lado, reembolsou em final de maio de 2022 uma emissão de obrigações hipotecárias no valor de mil milhões de euros, não tendo os ativos desafetos à oneração sido objeto de nova emissão para reforço da *pool* de política monetária do BCE, dada a folga atual da posição de liquidez do Banco. Tal decisão poderá ser tomada a qualquer momento, em caso de crise de liquidez, no âmbito das medidas do Plano de Recuperação do Banco.

Ainda em Portugal, face ao período homólogo do ano passado, a liquidez gerada pela redução do *gap* comercial e pelo cumprimento do plano de emissões do MREL foi aplicada no reembolso da referida emissão de obrigações hipotecárias e nos reforços de 2,7 mil milhões de euros do depósito no Banco de Portugal e de 1,2 mil milhões de euros das contas margem de derivados, cujas necessidades de provisionamento cresceram significativamente após o início da crise na Ucrânia, em consequência do aumento das taxas de juro dos *swaps* e da sua volatilidade.

O *buffer* de liquidez disponível para desconto no BCE situou-se em 30 de junho de 2022 em 23,1 mil milhões de euros, valor inferior ao verificado no final de 2021 (23,8 mil milhões de euros), em razão da desvalorização da carteira de ativos elegíveis para desconto no BCE e do reforço acima referido das contas margem de derivados. Sublinhe-se, no entanto, que o valor a 30 de junho é materialmente superior ao verificado em período homólogo do ano anterior (21,1 mil milhões de euros), refletindo a solidez da posição de curto prazo do BCP.

De igual modo, no período anual findo em 30 de junho de 2022, o Bank Millennium e o BIM demonstraram a resiliência das suas posições de liquidez, suportadas em *buffers* robustos descontáveis nos respetivos bancos centrais, com indicadores regulatórios e internos de risco de liquidez posicionados na zona de conforto. No caso da operação na Polónia, tal ocorreu mesmo considerando os efeitos da invasão da Ucrânia, que se consubstanciaram na desvalorização da carteira de ativos elegíveis e no reforço das *margin calls* de derivados.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos três anos, em valores inferiores a mil milhões de euros.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de junho de 2022 fixou-se em 11,5% em *phased-in* e em 11,3% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -17 e de -30 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 11,7% e 11,6% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2021 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2022 (CET1 9,156%, T1 11,125% e Total 13,750%). É aguardada a decisão da autoridade de supervisão do pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais para imunização dos rácios regulamentares face a variações das taxas de câmbio. A alteração teria um impacto estimado no rácio CET1 *fully implemented* de +47 pontos base.

A evolução dos rácios de capital no período continuou a ser impactada significativamente pelo aumento de provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira no Bank Millennium S.A. e pela diminuição das reservas de justo valor resultante da subida das taxas de juro na zona Euro e na Polónia, parcialmente compensado por um bom desempenho da atividade recorrente em Portugal. Os objetivos de solvabilidade de médio prazo mantêm-se inalterados.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	30 jun. 22	30 jun. 22 <i>pro forma</i> *	30 jun. 21
FULLY IMPLEMENTED			
Fundos Próprios			
<i>Common Equity Tier1 (CET1)</i>	5.221	5.221	5.488
<i>Tier1 (T1)</i>	5.728	5.728	6.024
Fundos próprios totais	7.060	7.060	7.047
Riscos ponderados	46.176	44.348	47.295
Rácios de solvabilidade			
<i>CET1</i>	11,3%	11,8%	11,6%
<i>Tier1</i>	12,4%	12,9%	12,7%
Total	15,3%	15,9%	14,9%
PHASED-IN			
<i>CET1</i>	11,5%	12,0%	11,7%

* Sujeito à aprovação já solicitada da aplicação do artigo 352 (2) do CRR.

Nota: Os rácios de junho de 2022 e de junho de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos.

Os rácios de junho de 2022 correspondem a valores estimados, não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

No primeiro semestre de 2022, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, em particular junto dos agentes mais afetados pelos efeitos da pandemia COVID-19.

Na sequência da crise geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia e implementou um conjunto de mecanismos de acompanhamento da situação e de medidas de apoio ao povo ucraniano.

Decisão do Banco Central Europeu (BCE) no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados em base consolidada a partir de 1 de março de 2022: CET1 9,16%, T1 11,13% e Rácio de Capital Total 13,75%.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Millennium bcp renovaram a sua parceria de longa data através de um acordo destinado a apoiar PME, empresas de média dimensão e grandes empresas portuguesas através da concessão de uma garantia de 200 milhões de euros que visa mobilizar o financiamento de até 840 milhões de euros.

O Bank Millennium (Polónia) e o Grupo BEI, constituído pelo Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento, uniram-se para apoiar as PME polacas afetadas pela crise provocada pela COVID-19 através de uma garantia de 1,5 mil milhões de zlotys.

O Grupo BCP implementou um conjunto de iniciativas solidárias para apoiar o povo ucraniano na sequência da invasão do país.

Realização no dia 4 de maio de 2022 da Assembleia Geral Anual de Acionistas, com a participação de Acionistas detentores de 64,31% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

- Aprovação do Relatório de Gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2021 e Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização e o Relatório de Sustentabilidade; e aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2021;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização; da política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos titulares de funções essenciais; da política de seleção e designação do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos, nos termos da legislação em vigor; e da proposta de alteração do contrato de sociedade;
- Eleição do Conselho de Administração, incluindo a Comissão de Auditoria, e do Conselho de Remunerações e Previdência para o mandato 2022/2025.

O BCP foi notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da determinação do requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (“MREL” ou “*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*”) conforme decisão do Conselho Único de Resolução. A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo (“MPE” ou “*Multiple Point of Entry*”). O requisito MREL a cumprir

pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e por todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), a partir de 1 de janeiro de 2024 é de:

- 23,81% do montante total das posições em risco (“TREA”) (a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios (“CBR” ou “*Combined Buffer Requirement*”) de 3,5%, assim correspondendo a um requisito total de 27,31%); e
- 6,92% da medida de exposição total (“LRE”).

Até à data referida anteriormente o BCP deverá cumprir com um requisito intermédio de:

- 18,09% do TREA (a que acresce ainda um requisito CBR de 3,25%, assim correspondendo a um requisito total de 21,34%); e
- 6,92% da LRE.

Não foi aplicado ao Banco qualquer requisito de subordinação. De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL deverá ser anualmente atualizado ou reconfirmado. Os requisitos de MREL comunicados para o grupo de resolução BCP acima descritos estão em linha com o Plano Estratégico 2021-24 e são acomodáveis pelo plano de *funding* em curso. Em 1 de janeiro de 2022, o BCP cumpria com respetivo requisito MREL intermédio fixado para aquela data, tanto em percentagem do TREA (incluindo também o CBR aplicável), como em percentagem da LRE.

A Agência de Rating Moody's, no âmbito da sua revisão regular, atribuiu notação de *Investment Grade* ao *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP, que passou de Ba1/Prime-2 para Baa3/Prime-2, refletindo a redução do *stock* de *Non-performing assets* (NPA) e a melhoria dos níveis de capitalização nos últimos anos, a melhoria da rentabilidade doméstica, que permite compensar o impacto das provisões para o risco legal na Polónia, bem como o plano de *funding* do Banco em execução tendo em vista o cumprimento com o requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis final (“MREL”).

A Agência de Rating Moody's atribuiu a notação de Baa3, correspondente a *Investment Grade* à dívida *senior non preferred* do Bank Millennium na Polónia, no âmbito do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN).

RECONHECIMENTO EXTERNO

Escolha do Consumidor 2022, na categoria “Grandes Bancos” pelo segundo ano consecutivo.

ActivoBank distinguido com a Escolha do Consumidor, na categoria “Banca Digital”, pelo quarto ano consecutivo.

O Grupo BCP volta a integrar em 2022 o *The Sustainability Yearbook*, publicação editada pela S&P.

Millennium bcp integra o Bloomberg *Gender-Equality Index* pelo terceiro ano consecutivo.

Best Investment Bank, em Portugal, em 2022, pelo quarto ano consecutivo, de acordo com a Global Finance.

Best Foreign Exchange Provider, em Portugal, em 2022, de acordo com a Global Finance.

Millennium bcp vence estatuto Inovadora COTEC pelo segundo ano consecutivo, apoiando mais de 360 Empresas a alcançar o estatuto Inovadora COTEC.

Millennium bcp foi distinguido como *Best Bank for Sustainable Finance* em Portugal em 2022, de acordo com a Global Finance.

Millennium bcp voltou a ser distinguido como uma das empresas líderes no combate às alterações climáticas, segundo o ranking “Europe’s Climate Leaders 2022” publicado pelo Financial Times e Statista.

Bank Millennium eleito *Best Bank* na Polónia em 2022, de acordo com a Global Finance.

Bank Millennium distinguido com o Prémio Kantar Polska pela comunicação mais eficaz da marca.

Bank Millennium entre os Melhores Empregadores da Polónia em 2022 de acordo com o *ranking* elaborado pela Forbes Polska e Statista.

Distinção nos Euronext Lisbon Awards com os prémios *Local Market Member in Equity* e *Growing Structured Finance*.

ActivoBank distinguido como *Powerful Brand*, na categoria “Bancos Online”, no estudo conjunto da revista Sábado e Marktest.

Best Trade Finance Provider, em Moçambique, em 2022, de acordo com a Global Finance.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A eclosão da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022 determinou um agravamento das perspetivas para a economia mundial. Com efeito, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu, em abril, a sua projeção para o crescimento do PIB global em 2022 de 4,4% para 3,6%.

Neste contexto de maior incerteza, no segundo trimestre de 2022, o desempenho dos mercados financeiros internacionais caracterizou-se por preocupações crescentes quanto ao andamento do PIB mundial, decorrentes do impacto sobre a atividade económica do aumento das taxas de juro necessário para conter as pressões inflacionistas nas principais economias. Neste sentido, observou-se uma desvalorização dos índices acionistas, uma redução dos preços das matérias-primas não energéticas, e uma inversão da tendência ascendente das *yields* dos títulos de dívida pública da Alemanha e dos EUA, a par com um agravamento dos prémios de risco dos países da periferia da área do euro. No plano cambial, salienta-se a forte apreciação do dólar contra o euro, bem como a depreciação das moedas dos países emergentes, na sequência de uma maior restritividade da política monetária norte-americana, com a Reserva Federal dos EUA a subir a taxa de juro de referência de 0,50% para 1,75% no segundo trimestre. Em contraste, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter as taxas de juro inalteradas. Porém, as expectativas de que o BCE inicie, a breve trecho, uma política de aumento das taxas de juro tem vindo a pressionar as taxas Euribor, destacando-se o aumento da respetiva taxa a doze meses para níveis próximos de 1,0%.

Após a forte expansão da economia portuguesa no primeiro trimestre, o Banco de Portugal antevê que no conjunto do ano o PIB nacional registre uma taxa de crescimento de 6,3%. Esta previsão, apesar de representar uma revisão em alta face às projeções anteriores, tem implícita uma estagnação da economia portuguesa entre o segundo e o

quarto trimestre, dado o entorno de aumento dos preços das matérias-primas, de agravamento dos custos de financiamento e de incerteza associada à evolução da procura externa. No que respeita aos preços, a taxa de inflação situou-se em 6,3% no primeiro semestre, acima da projeção do Banco de Portugal de 5,9% para 2022.

Na Polónia, o PIB registou um crescimento, em termos homólogos, de 9,2% no primeiro trimestre de 2022, o que corresponde a uma aceleração face ao observado no trimestre precedente, suportada pelo dinamismo do consumo privado e do investimento. No entanto, atendendo à situação externa adversa, à forte subida da taxa de inflação, que na primeira metade do ano se situou em cerca de 11%, e ao aumento das taxas de juro de referência (de 3,50% para 6,0%), a Comissão Europeia prevê um forte abrandamento da economia polaca nos próximos trimestres. Nesta conjuntura de maior incerteza, o zloti depreciou-se.

Em Moçambique, o PIB cresceu 4,1% no primeiro trimestre, impulsionado pela melhoria da procura externa, que favoreceu a indústria extrativa, a par com o maior dinamismo da procura doméstica, num quadro de alívio das medidas restritivas de contenção sanitária. Todavia, a evolução da atividade económica nos próximos trimestres está sujeita a riscos significativos, associados sobretudo ao abrandamento da economia mundial e à subida da inflação. Não obstante o enquadramento adverso, o metical tem vindo a apreciar-se. No conjunto do ano, o FMI prevê uma aceleração do PIB em 2022, de 2,2% para 3,8%. Em Angola, observou-se uma expansão da atividade económica nos três primeiros meses do ano, acentuando a trajetória de recuperação da economia angolana que se observou em 2021. Neste contexto, o kwanza prosseguiu uma tendência de apreciação.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	jun. 22	jun. 21 (reexpresso)	Var. % 22/21	jun. 22	jun. 21	Var. % 22/21	jun. 22	jun. 21 (reexpresso)	Var. % 22/21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	985,2	765,8	28,6%	430,5	409,3	5,2%	554,7	356,5	55,6%
Rendimentos de instrumentos de capital	12,9	0,7	>200%	12,2	0,1	>200%	0,7	0,6	10,8%
Resultado de serviços e comissões	387,6	352,9	9,8%	277,2	247,3	12,1%	110,4	105,7	4,4%
Resultados em operações financeiras	42,2	80,3	-47,4%	59,8	68,0	-12,1%	(17,6)	12,3	<-200%
Outros proveitos de exploração líquidos	(177,2)	(112,4)	-57,7%	(72,0)	(71,3)	-1,0%	(105,2)	(41,1)	-156,1%
Resultados por equivalência patrimonial	32,8	29,3	12,0%	34,1	31,0	9,9%	(1,3)	(1,7)	24,8%
Produto bancário	1.283,4	1.116,6	14,9%	741,8	684,4	8,4%	541,6	432,2	25,3%
Custos com o pessoal	284,2	372,8	-23,8%	165,7	263,9	-37,2%	118,5	108,8	8,9%
Outros gastos administrativos	162,6	149,0	9,1%	88,4	85,4	3,5%	74,2	63,6	16,7%
Amortizações do exercício	69,5	68,3	1,7%	39,8	40,0	-0,6%	29,7	28,3	4,9%
Custos operacionais	516,2	590,1	-12,5%	293,8	389,4	-24,5%	222,4	200,7	10,8%
Custos operacionais excluindo itens específicos	510,5	502,9	1,5%	288,2	302,2	-4,6%	222,4	200,7	10,8%
Resultados antes de imparidades e provisões	767,2	526,6	45,7%	448,0	295,1	51,8%	319,2	231,5	37,9%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	179,4	156,9	14,3%	139,5	127,0	9,8%	40,0	29,9	33,5%
Outras imparidades e provisões	371,9	304,8	22,0%	51,0	68,6	-25,7%	320,9	236,2	35,9%
Resultado antes de impostos	215,8	64,8	>200%	257,5	99,5	159,0%	(41,7)	(34,6)	-20,4%
Impostos	155,8	101,9	52,9%	83,2	53,9	54,3%	72,6	48,0	51,3%
Correntes	44,9	49,3	-8,9%	14,2	7,9	79,8%	30,8	41,4	-25,7%
Diferidos	110,8	52,6	110,7%	69,0	46,1	49,9%	41,8	6,5	>200%
Resultado após impostos de operações em continuação	60,1	(37,1)	>200%	174,3	45,5	>200%	(114,3)	(82,6)	-38,3%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	1,5	6,4	-76,8%	-	-	-	1,5	6,4	-76,8%
Interesses que não controlam	(13,0)	(43,0)	69,8%	(0,2)	0,4	-147,2%	(12,8)	(43,4)	70,5%
Resultado líquido	74,5	12,3	>200%	174,5	45,1	>200%	(100,0)	(32,9)	<-200%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	96.074	91.365	5,2%	69.695	64.631	7,8%	26.379	26.734	-1,3%
Recursos totais de clientes	91.070	90.351	0,8%	66.971	64.039	4,6%	24.100	26.313	-8,4%
Recursos de clientes de balanço	74.546	69.621	7,1%	51.892	47.202	9,9%	22.655	22.419	1,1%
Depósitos e outros recursos de clientes	73.190	68.101	7,5%	50.536	45.696	10,6%	22.655	22.406	1,1%
Débitos para com clientes titulados	1.356	1.519	-10,8%	1.356	1.506	-10,0%	-	13	-100,0%
Recursos de clientes fora de balanço	16.524	20.731	-20,3%	15.079	16.837	-10,4%	1.445	3.894	-62,9%
Ativos sob gestão	5.173	7.055	-26,7%	4.353	4.186	4,0%	820	2.870	-71,4%
Ativos distribuídos	5.458	6.191	-11,8%	5.136	5.612	-8,5%	322	578	-44,4%
Seguros de poupança e de investimento	5.893	7.485	-21,3%	5.590	7.039	-20,6%	303	446	-32,1%
Crédito a clientes (bruto)	58.653	57.885	1,3%	40.577	39.515	2,7%	18.076	18.370	-1,6%
Particulares	34.213	33.106	3,3%	20.963	19.916	5,3%	13.249	13.189	0,5%
Hipotecário	28.284	27.206	4,0%	18.798	17.873	5,2%	9.486	9.333	1,6%
Pessoal	5.929	5.900	0,5%	2.166	2.043	6,0%	3.763	3.856	-2,4%
Empresas	24.441	24.779	-1,4%	19.614	19.599	0,1%	4.827	5.180	-6,8%
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	753	1.250	-39,8%	307	763	-59,7%	445	487	-8,5%
Crédito vencido há mais de 90 dias	618	1.126	-45,1%	287	753	-61,9%	332	373	-11,0%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	1,1%	1,9%		0,7%	1,9%		1,8%	2,0%	
Imparidade do crédito (balanço)	1.615	2.000	-19,3%	1.040	1.409	-26,2%	574	591	-2,8%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,8%	3,5%		2,6%	3,6%		3,2%	3,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	261,1%	177,7%		362,8%	187,1%		173,1%	158,6%	
<i>Stock de Non-Performing Exposures</i>	2.502	3.003	-16,7%	1.635	2.095	-22,0%	867	908	-4,5%
<i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i>	4,3%	5,2%		4,0%	5,3%		4,8%	4,9%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	64,5%	66,6%		63,6%	67,3%		66,2%	65,0%	
Crédito reestruturado	2.109	2.512	-16,1%	1.616	1.965	-17,8%	493	547	-9,9%
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,6%	4,3%		4,0%	5,0%		2,7%	3,0%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	61	55		69	64		44	33	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Milhares de euros)

	30 junho 2022	30 junho 2021 (reexpresso)
Juros e proveitos equiparados	1.141.684	825.026
Juros e custos equiparados	(156.526)	(59.249)
MARGEM FINANCEIRA	985.158	765.777
Rendimentos de instrumentos de capital	12.873	709
Resultados de serviços e comissões	387.583	352.935
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	6.810	(9.289)
Ganhos / (perdas) cambiais	14.811	27.504
Resultados de contabilidade de cobertura	(3.673)	1.424
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	5.238	(2.993)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	19.038	63.658
Outros proveitos / (custos) de exploração	(189.326)	(113.352)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	1.238.512	1.086.373
Custos com o pessoal	284.152	372.787
Outros gastos administrativos	162.569	148.977
Amortizações	69.475	68.330
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	516.196	590.094
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	722.316	496.279
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(183.203)	(158.772)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.366	(4.192)
Imparidade de outros ativos	(125.129)	(26.674)
Outras provisões	(244.410)	(272.107)
RESULTADO OPERACIONAL	170.940	34.534
Resultados por equivalência patrimonial	32.789	29.286
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	12.100	988
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	215.829	64.808
Impostos		
Correntes	(44.930)	(49.302)
Diferidos	(110.836)	(52.592)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	60.063	(37.086)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	1.479	6.381
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	61.542	(30.705)
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	74.509	12.266
Interesses que não controlam	(12.967)	(42.971)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	61.542	(30.705)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,007	(0,001)
Diluído	0,007	(0,001)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	(Milhares de euros)		
	30 junho 2022	31 dezembro 2021	30 junho 2021
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	7.930.297	7.796.299	4.688.434
Disponibilidades em outras instituições de crédito	329.648	361.786	256.424
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	875.317	453.213	671.309
Crédito a clientes	55.187.231	54.972.401	53.994.754
Títulos de dívida	12.102.018	8.205.196	8.330.961
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.758.419	931.485	1.704.537
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	932.227	990.938	1.290.058
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8.644.875	12.890.988	13.882.942
Derivados de cobertura	531.459	109.059	55.853
Investimentos em associadas	443.532	462.338	436.290
Ativos não correntes detidos para venda	630.736	780.514	905.016
Propriedades de investimento	2.869	2.870	6.714
Outros ativos tangíveis	586.244	600.721	620.831
Goodwill e ativos intangíveis	151.835	256.213	242.660
Ativos por impostos correntes	13.822	17.283	14.333
Ativos por impostos diferidos	2.845.515	2.688.216	2.663.653
Outros ativos	3.107.464	1.385.292	1.599.737
TOTAL DO ATIVO	96.073.508	92.904.812	91.364.506
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	8.996.119	8.896.074	9.056.077
Recursos de clientes e outros empréstimos	73.190.262	69.560.227	68.101.260
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.114.595	2.188.363	1.751.893
Passivos subordinados	1.350.165	1.394.780	1.199.743
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	192.880	231.241	372.225
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.343.985	1.581.778	1.481.477
Derivados de cobertura	1.677.170	377.206	173.690
Provisões	503.232	458.744	404.940
Passivos por impostos correntes	8.746	20.427	6.590
Passivos por impostos diferidos	9.232	16.932	7.253
Outros passivos	1.396.035	1.116.983	1.423.094
TOTAL DO PASSIVO	89.782.421	85.842.755	83.978.242
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	4.725.000	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	268.534	259.528	259.528
Reservas e resultados acumulados	8.383	580.304	855.470
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	74.509	138.082	12.266
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	5.492.897	6.119.385	6.268.735
Interesses que não controlam	798.190	942.672	1.117.529
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	6.291.087	7.062.057	7.386.264
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	96.073.508	92.904.812	91.364.506

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio *loan to value* (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional *core* (*Core operating profit*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“*unit linked*”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2022 e de 2021 não foram objeto de auditoria.